

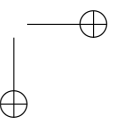
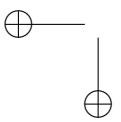
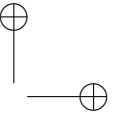
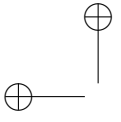
**A Filosofia como Terapia
Gramatical segundo
Wittgenstein**



Ana Cristina Serralheiro Falcato

2012

www.lusosofia.net





LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2012

FICHA TÉCNICA

Título: *A Filosofia como terapia gramatical segundo Wittgenstein*

Autor: Ana Cristina Serralheiro Falcato

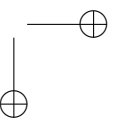
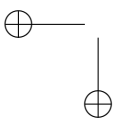
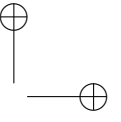
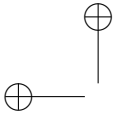
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

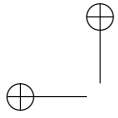
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José Maria Silva Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2012





A Filosofia como terapia gramatical segundo Wittgenstein

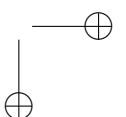
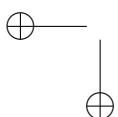
Ana Cristina Serralheiro Falcato*

Índice

§1. Um triângulo de noções	7
§2. No Princípio era a Gramática	10
Bibliografia	23

Resumo: Neste artigo explora-se a evolução da concepção wittgensteiniana de Filosofia, seguindo o percurso das suas duas “maneiras de pensar”: entre o *Tractatus Logico-Philosophicus* e as *Investigações Filosóficas*, passando por alguns textos-charneira do período intermédio do seu trabalho filosófico. Dentre esses textos “menores”, um é especialmente importante para se entender a sua compreensão da Filosofia como método terapêutico sobre a Linguagem: o *Big Typescript* de 1932-33. Nesse texto Wittgenstein defende um entendimento da Filosofia enquanto actividade de depuração dos mal-entendidos patenteados por uma sublimação abusiva de alguns usos

*Ana Cristina Serralheiro Falcato (aniusca@hotmail.com); Doutoramento em Filosofia; Investigadora do Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova de Lisboa. Áreas de actuação: Filosofia da Linguagem, Filosofia da Literatura.



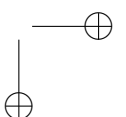
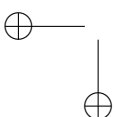


da linguagem corrente, que cabe ao filósofo rectificar mediante uma análise gramatical correctora dos mesmos. A partir desse núcleo fundamental de “correção”, a Filosofia é entendida como uma metodologia terapêutica do pensamento através de um exercício “ortopédico” da expressão linguística.

Palavras-Chave: Filosofia, Terapia, Análise Gramatical, Jogo de Linguagem, Forma de Vida.

Abstract: This paper presents the way Wittgenstein understands the concept of “Philosophy”, following the evolution of his thought from what he called his “first way of thinking” to his “second way of thinking”: between the *Tractatus Logico-Philosophicus* and the *Philosophical Investigations*. The paper also deals with some emblematic texts of his intermediate work. Among some minor texts of that period, one is particularly relevant to understand Wittgenstein’s notion of Philosophy as a method of linguistic therapy: the *Big Typescript* from 1932-1933. In it Wittgenstein defends that Philosophy should be no more nor less than an activity to clean-up and avoid those misunderstandings that arise when some daily uses of language are sublimed in ideal formulations. Accordingly, it is ascribed to the philosopher the task of correcting those misunderstandings through a grammatical analysis of some abusive applications of language. Philosophy is thus ascribed a role of therapy in clearing both language uses and human thinking.

Keywords: Philosophy, Therapy, Grammatical Analysis, Language-Game, Form of Life.





§1. UM TRIÂNGULO DE NOÇÕES

“O trabalho em filosofia – como, de vários modos, o trabalho em arquitectura – é, na realidade, mais um trabalho sobre si próprio. Sobre a nossa própria interpretação. Sobre o modo como vemos as coisas. (E sobre o que delas esperamos)”.

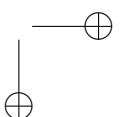
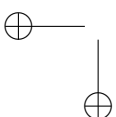
L. WITTGENSTEIN, *Vermischte Bemerkungen*.¹

O presente trabalho foi concebido de forma a poder conectar dois conceitos axiais dentro do pensamento do “segundo Wittgenstein”, através da ponte “esquemática” de um terceiro. A saber, os conceitos de *Gramática* e de *Terapia* e o conceito de *Filosofia*.

O percurso que fizemos a par do pensamento do autor e que nos permitiu subtrair à extensão dos conceitos de “Terapia” e de “Gramática” uma franja comum de implicações filosóficas – derivada da própria noção de Filosofia enquanto *método de análise* das formas de linguagem problemáticas –, constituiu um esforço de síntese, dentro de um pensamento difícil, sob a tutela do aforismo, como o próprio filósofo reconhece:

“Nunca consegui, senão pela metade, expressar o que quero expressar. Nem tanto, talvez apenas um décimo. Isso ainda tem algum

¹ In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Vermischte Bemerkungen*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, p.27 (A tradução é da nossa responsabilidade): “Die Arbeit an der Philosophie ist – wie vielfach die Arbeit in der Architektur – eigentlich mehr die Arbeit an Einem selbst. An der eignen Auffassung. Daran, wie man die Dinge sieht. (Und was man von ihnen verlangt). ”





significado. Muitas vezes, a minha escrita não é mais do que um balbuceio”.²

Wittgenstein reconhece ao conceito de “Gramática” – a partir de textos que remontam ao início dos anos trinta, ou seja, ao período da sua retoma da actividade filosófica, como *Philosophische Grammatik*, *The Big Typescript*, *The Blue Book* ou *The Brown Book* (notas e compilações de apontamentos de aulas) ou no texto das notas retiradas por Friedrich Waismann e organizadas por B. McGuinness, *Wittgenstein und der Wiener Kreis* (um escrito de compilação das suas conversas com membros do Círculo de Viena) – um duplo estatuto:

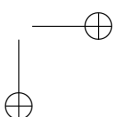
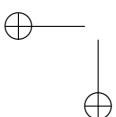
(1) A GRAMÁTICA é a forma de estruturação que subjaz às frases e aos enunciados discursivos em que se incorporam as primeiras e para o sentido dos quais concorrem (portanto, *frases* e *enunciados* têm uma forma ou estrutura gramatical e os segundos obedecem a uma combinatória semanticamente estruturada a partir da forma das primeiras);

E (2) GRAMÁTICA é também um corpo de normas e de *regras* para a composição e concatenação dos elementos de uma “molécula discursiva” (por exemplo, um jogo de linguagem), arbitrariamente dispostas e ao abrigo das quais é possível fazer um exercício de verificação analítica – intradiscursivo – da sua correcção sintáctica, quer dizer, da sua conformidade ou não conformidade com esse corpo de parâmetros normativos.

Ora, a noção de Filosofia, ou antes, de *trabalho filosófico*, que Wittgenstein oferece para associar com a determinação conceptual e a funcionalidade da de Gramática, corresponde a um mero exercício de *análise gramatical*. Este é um novo método que evolui a partir de e inclusive *incorpora* – ainda que transforme, por ampliação, a terminologia anterior – o conceito de Sintaxe Lógica e de análise sintáctica, já expostos no *Tractatus Logico-Philosophicus*.

A uma filosofia da linguagem entendida sob o enfoque desta pro-

² WITTGENSTEIN, L. *Vermischte Bemerkungen*, aforismo de 1931 (tradução modificada).



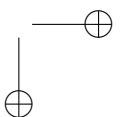
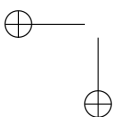


posta wittgensteiniana cabe apenas um trabalho de inspecção e análise das formulações linguísticas que permita determinar ou “restabelecer” as condições da respectiva correcção gramatical e a materialização dessas condições em formas de discurso bem construídas.

O exercício de análise gramatical (o autor raramente fala em “análise linguística”), de proposições e enunciados, congrega a intenção de *disciplinar* o pensamento e as consequentes formas de expressão deste; uma tarefa que, em muitos aspectos, se aproxima – e assim é descrita pelo próprio Wittgenstein – de uma terapia de tipo analítico.

A TERAPIA que uma verificação gramatical pode levar a cabo sobre enunciados que não respeitam ou que, advertidamente violam a estrutura gramatical da linguagem, autorizando combinações de termos que não têm correspondência com as regras da Gramática (a efectuar junto daqueles seres humanos cujo espírito fica turvado pela anuência face a essas combinações) é, no entanto, dentro do pensamento de Wittgenstein, *uma terapia estritamente filosófica*, ao abrigo do sentido de Filosofia já exposto.

É o próprio filósofo que associa o seu “novo método” de análise das formas discursivas à Psicanálise de Freud, mas, pensamos, a um título que é meramente ilustrativo. O objectivo que Wittgenstein persegue não tem nada que ver com uma “importação” transdisciplinar. Trata-se antes da incorporação de um novo conceito, a partir de cujos termos definitórios estaríamos autorizados a extrair um reduto funcional, constituinte base de uma *técnica* mas que, dada a versatilidade (e os limites) da comparação com a técnica psicanalítica, se deve demarcar escrupulosamente desta, para manter os aspectos comparativos e ilustradores sem cair numa colagem.





§2. NO PRINCÍPIO ERA A GRAMÁTICA

“Aquilo que pertence à *gramática* são todas as condições da comparação da proposição com a realidade, quer dizer, todas as condições que *determinam o sentido* da proposição”³.

LUDWIG WITTGENSTEIN, *Philosophische Grammatik*

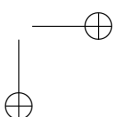
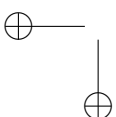
Uma das mais conseguidas resoluções do *Tractatus Logico-Philosophicus*⁴, na estruturação da sua “autofágica” teoria da linguagem, era o esclarecimento de que, ainda que existissem diferentes notações simbólicas como códigos linguísticos, não era possível considerar a existência efectiva de diferentes linguagens. Isto porque, ao abrigo da teoria pictórica enunciada na obra, a hipótese de multiplicar (ou fragmentar) a linguagem em diferentes subsistemas, equivaleria a anular o seu modo de funcionamento como *Abbildung*, ou seja, como “representação” fidedigna dos objectos do mundo numa linguagem logicamente analisada, que existe para descrever factos, representando-os em proposições simples.

Por certo, nas *Investigações Filosóficas*⁵ esta militância de imposição de um monismo estrutural àquilo que se pode entender como *a*Linguagem, é denunciada como mais um tipo de superstição filosófica, bastante característica daquilo a que Wittgenstein chamava “uma dieta unilateral” – de um único tipo de exemplos.

³ In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Grammatik*. Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 5, Frankfurt am Main, 1978. (Os sublinhados da citação são nossos): “*Zur Grammatik gehören alle Bedingungen des Vergleichs des Satzes mit der Wirklichkeit, d.h., alle Bedingungen des Sinnes*”. Ed. Cit., 13.

⁴ Doravante abreviado pela sigla TLP.

⁵ Doravante abreviado pela sigla IF.





Assim, em IF, §23:

“Mas quantas espécies de proposições há? [...] Há um número *incontável* de espécies [...]. E esta multiplicidade não é nada de fixo, dado de uma vez por todas; mas antes novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, surgem e outros envelhecem e são esquecidos [...]. É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e dos seus modos de aplicação, a multiplicidade das espécies verbais e proposicionais com o que os lógicos têm dito acerca da estrutura da linguagem (e também o autor do *Tractatus Logico-Philosophicus*)”.⁶

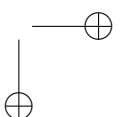
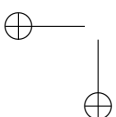
Não é mais de um objecto de análise estritamente tematizável, como a “linguagem em si”, que tratam as IF. Pelo contrário, nesta obra trata-se de averiguar como é que as coisas “efectivamente se passam”, aquando da *utilização* do próprio instrumento linguístico.

É àquilo que Wittgenstein designa com o termo “Gramática”, de uma forma muito peculiar e investida (e que esclareceremos no seguimento deste texto), que cabe *reflectir* a essência do mundo, o seu complexo estrutural, as suas propriedades formais e internas e as conexões entre estas, patenteadas num esquema descritivo.

Esta característica “especular” – mas por verificação dos ajustes funcionais das expressões num jogo de linguagem e não por *colagem* de correspondências lógicas entre objectos e nomes, factos e estados de coisas –, também tem a vantagem de permitir destacar, a partir dos nexos proposicionais autorizados pela própria Gramática, aquilo que

⁶ In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; trad. Port. de M.S. Lourenço, 3^a ed., §23, p. 190.

“Wieviele Arten der Sätze gibt es aber? [...] Es gibt unzählige solcher Arten [...]. Und diese Mannigfaltigkeit ist nichts Festes, ein für allemal Gegebenes; sondern neue Typen der Sprache, neue Sprachspiele, wie wir sagen können, entstehen und andre veralten und werden vergessen. [...] Es ist interessant, die Mannigfaltigkeit der Werkzeuge der Sprache und ihrer Verwendungsweisen, die Mannigfaltigkeit der Wort und Satzarten, mit dem zu vergleichen, was Logiker über den Bau der Sprache gesagt haben. (Und auch der Verfasser der *Logisch-Philosophischen Abhandlung*)”. In WITTGENSTEIN, Ludwig, *Philosophische Untersuchungen*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 250.





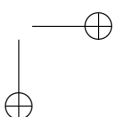
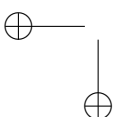
faz sentido na linguagem (porque esta tem uma efectiva correspondência com a realidade) daquilo que deve ser retirado de circulação do discurso por ser mero *non-sense*. Este exercício comparativo permite ainda distinguir frases *non-sense* de *falsehoods*, ou seja, distinguir aquelas que são destituídas de condições de verdade, ou seja, que não podem ser atestadas como “verdadeiras” ou “falsas”, mas apenas como “sem-sentido”, combinações de palavras ou expressões não autorizadas pela gramática dessas frases que são meramente *falsas*, por que não correspondem a um estado de coisas verdadeiro na realidade.

Estas propriedades estruturais apenas se deixam “esclarecer” (isto é, decompor analiticamente) através de “proposições gramaticais”, elas mesmas desprovidas de conteúdo – uma vez que não existe a possibilidade de um contraste *denotativo* expresso no particular, apenas factível se as normas gramaticais o impusessem (ou incluíssem) na nossa descrição do mundo – o que não se verifica.

Os enunciados gramaticais, como uma espécie de “imperativos metodológicos” ou leis gerais descritivas do funcionamento interno da própria linguagem e do pensamento, aquilo que fazem é indicarnos combinações de factos que espelham o arranjo dos estados de coisas no mundo, determinando (separando) o que *tem sentido dizer-se* e o que *não tem sentido dizer-se*, de acordo com padrões de significado que configuram cada situação de jogo ou de encadeamento estruturado de elementos linguísticos.

O arbítrio das regras gramaticais é, pois, projectado na própria “lógica da nossa linguagem”, e não tem outra forma de verificação para além desse ajuste.⁷ E este tipo de verificação, ao abrigo de critéri-

⁷ É muito interessante observar a este respeito como Wittgenstein, dentro do âmbito de determinação do papel da própria Gramática, isenta esta de dever prestar qualquer tipo de contas à realidade, ou seja, o âmbito onde se dão os nexos de verificação é o da Linguagem e a autonomia desta está estreitamente correlacionada com a autonomia da Gramática. Como esta é o instrumento de síntese, o esquema intermédio que dá as condições de verdade de toda e qualquer proposição, remeter o seu funcionamento corrente para uma “instância de última ordem” – mesmo que





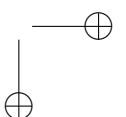
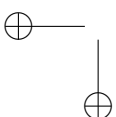
os também gramaticais, que apresenta traços formais afins ao modelo pictórico da Linguagem exposto no TLP, sofreu uma evolução adaptativa, não apenas conceptual, mas *estruturalmente*. Quer dizer, não foi apenas o léxico que se alterou (de uma obra para outra, de uma “forma de pensar” para outra) – como uma nova grelha de expressões para significar o mesmo –, mas são as *traves formais*, que continuam a permitir estabelecer o paralelismo necessário entre a linguagem e o mundo, sem se correr o risco de enclausurar a primeira na configuração de um “solipsismo” anti-referencial, que são reestruturadas, mesmo que a partir de pilares comuns, de nexos recuperados.

Uma das marcas de continuidade entre o que por vezes (de uma forma discutível e falsamente inquebrantável) se chama um “primeiro” e um “segundo” Wittgenstein, é o descartar a existência de uma metalinguagem, em que pudesse (nos termos da sua segunda maneira de pensar) ter-se em conta, separadamente, a Gramática, por um lado, e o seu “objecto”, por outro.

Numa metalinguagem poder-se-iam confrontar as imposições gramaticais com as necessidades extralinguísticas autónomas; poder-se-iam, por fim, avaliar os “efeitos da linguagem”, a partir de um mero “código supra-linguístico”, uma notação inócua, que avaliasse as relações de correspondência Linguagem-Mundo, sem estar, por sua vez, implicada em nenhum dos dois membros (ou, numa outra forma de significar a mesma “meta-função”: recolhendo elementos e traços definitórios de ambos).

Neste aspecto, portanto, as IF permanecem fiéis a uma das teses axiais do TLP, a saber, a da inconvertibilidade da forma lógica da proposição (na terminologia do TLP) ou da estrutura gramatical (na terminologia ulterior) – a lógica imanente do mundo é algo que se *manifesta* na utilização da linguagem, mas que não pode, de forma alguma, ser *descrita* nela.

fosse a própria realidade – induziria a sua autonomia numa nova espiral de justificações parcelares, com remissões sem fim. A descrição da autonomia da tarefa gramatical será aduzida mais adiante neste trabalho.





O TLP já fornecia elementos importantes para esboçar uma compreensão mais próxima da *praxis* da linguagem, mesmo se a sua tese expressa era a de que a linguagem apenas mostra aquilo que não pode descrever de/sobre si mesma, de uma forma não misteriosa, mas plenamente justificada pela forma lógica e verificada pelo seu emprego. Por exemplo, em 3.327, escreve Wittgenstein:

“O sinal [*Zeichen*] só determina uma forma lógica se considerado em conjunto com a sua aplicação [*Verwendung*] lógico-sintática”.⁸

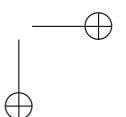
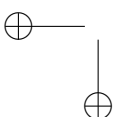
[Os termos utilizados por Wittgenstein, em torno à ideia de “Utilização”, no TLP como nas IF são: “*Anwendung*” (emprego), “*Gebrauch*” (uso), “*Verwendung*” (aplicação)].

Porém, parece importante, num esforço de “resgate” terminológico que não implique directamente a noção de Gramática, não isolar a concepção “representacional” ou pictórica da linguagem do TLP dessoutra, praxica, “utilitarista”, conforme às IF, dado que a distância entre ambas está mais próxima do “ar de família” [*Familienähnlichkeit*] com que o autor descreve as afinidades entre os próprios jogos de linguagem do que, propriamente, de um fosso inultrapassável de concepção.

Ao defender que a linguagem apenas pode “mostrar” algumas coisas (as que não pode descrever), Wittgenstein apela, já no TLP, a uma ideia bastante simples – uma trave mestra de compreensão da própria linguagem, entendida como “código” ou como “jogo” –, a saber: que *o sentido linguístico é algo a que não podemos aceder através de meios linguísticos*. E este é, justamente, o entendimento formal da noção de Gramática exposta nas IF, mesmo quando o termo é aí utilizado muito limitadamente. Nas IF, esta ideia é assim representada:

“O facto de nas minhas explicações acerca da linguagem já ter que usar toda a linguagem (e não uma linguagem preparatória, pre-

⁸ In WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, Werkausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984, 23: “*Das Zeichen bestimmt erst mit seiner logisch-syntaktischen Verwendung zusammen eine logische Form*”.





liminar), já mostra que eu só do exterior posso argumentar acerca da linguagem”.⁹

O conceito de Gramática, forjado a partir dos anos 30, não inviabiliza (e, por isso, no fundo, *reforça*) a oposição do TLP entre *dizer* e *mostrar*, agora apenas indiciada desde a convicção, marcada pelo autor, quanto à irreduzibilidade dos estatutos semânticos de regras e frases descritivas. As relações semânticas têm, pois, um ponto de contacto com o fosso de significação antes marcado entre dizer/mostrar, e que nas IF se marca entre as *regras* da Gramática e as *frases descritivas*. Assim, numa leitura de perspectiva, que atende à própria vontade do autor de ver as suas duas formas de pensar confrontadas uma com a outra, podemos aproximar as divergências diádicas *dizer/mostrar – proposições/ regras*¹⁰.

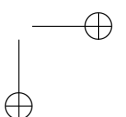
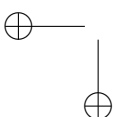
Como chegou, então, Wittgenstein a esta noção nova e original de Gramática, em torno à qual se pode conjugar toda a sua “segunda Filosofia”, ou “segunda maneira de pensar”? P.M.S Hacker, no livro *Insight and Illusion* sublinha a afinidade que a noção de Gramática tem, no pensamento de Wittgenstein, com a ideia de uma dada forma de representação. A associação de Hacker ramifica-se imediatamente:

“Tal como o termo “Lógica”, que podemos utilizar com o sentido

⁹ IF, §120, p. 260 (ed.cit.). “*Dass ich bei meinen Erklärungen, die Sprache betreffend, schon die volle Sprache (nicht etwa eine vorbereitende, vorläufige) anwenden muss, zeigt schon, dass ich nur Äusserliches über die Sprache vorbringen kann*”.

¹⁰ “O facto fundamental é este: nós estipulamos regras, uma técnica, para um jogo e depois, ao seguirmos as regras, as coisas não se passam como tínhamos suposto. Estamos como que presos nas nossas próprias regras. É esta prisão nas nossas regras que queremos compreender, isto é, ter dela uma visão panorâmica”. IF, §125, p. 262 (ed.cit., tradução portuguesa).

“*Die fundamentale Tatsache ist hier: dass wir Regeln, eine Technik, für ein Spiel festlegen, und dass es dann, wenn wir den Regeln folgen, nicht so geht, wie wir angenommen hatten. Dass wir uns also gleichsam in unsern eigenen Regeln verfangen. Dieses Verfangen in unsern Regeln ist, was wir verstehen, d.h., übersehen wollen*”.., ed. Cit., 303.





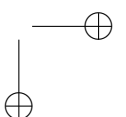
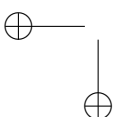
da ciência das estruturas lógicas e as estruturas estudadas por essa ciência, também o termo “gramática” é utilizado por Wittgenstein para se referir ao estudo e descrição das regras da linguagem [...] bem como à rede dessas mesmas regras. Utilizando o termo no primeiro sentido, diz que a filosofia é uma investigação gramatical (PI, §90); anotações referentes a relações conceptuais são chamadas notas gramaticais (PI, §232) [...]; problemas lógicos são contrastados com problemas empíricos, e assimilados a problemas gramaticais (Z, §590). A Gramática, assim definida, diz Wittgenstein, é um compêndio de notas sobre a linguagem (PG, §44), contendo as regras da linguagem e descrevendo o uso das palavras (PG, §23).¹¹

A partir desta e de outras leituras complementares, podemos aduzir que a noção funcional de Gramática deriva amplamente da noção de *sintaxe lógica* e da própria ideia de *símbolo*, ambas oferecidas pelo TLP. O *símbolo* designava, naquele livro, aquilo que, por contraste com o *signo*, era a regra de uso deste.

Porém, apesar da afinidade “familiar” entre Sintaxe e Gramática, a segunda tem um campo de aplicação bem mais amplo – enquanto definição conceptual e enquanto função – do que a primeira. Assim, a Gramática é, ao mesmo tempo, o *conjunto de regras* que governa a utilização efectiva de uma expressão ou agregado proposicional e a *forma concreta* como esta é utilizada. Pode observar-se na praxis linguística e é, ao mesmo tempo, aquilo a que o filósofo que analisa a expressão dessa praxis deve ater-se para obter aquilo a que Wittgenstein chama a “representação panorâmica” [*übersichtliche Darstellung*] da nossa linguagem no seu funcionar adequado.

Deste modo, o “Phármakon” apropriado – que evita a dieta unilateral a que já aludimos – para a cura da “doença filosófica”, enquanto perturbação do intelecto pela não verificação do emprego ajustado da linguagem, consiste em *dispor os factos*, dados no uso linguístico

¹¹ In HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion – Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience*. Oxford University Press, 1972, p. 151 (A tradução é da minha responsabilidade).





ao abrigo de regras, segundo um mapeamento apropriado, que expõe aos nossos olhos, sob a forma de um “encaixe não problemático”, a gramática dos nossos usos linguísticos.

Assim, em IF, §122, é dito:

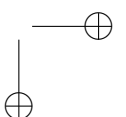
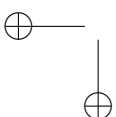
“Uma das formas principais de incompreensão reside no facto de não termos uma visão panorâmica do uso das nossas palavras. A nossa gramática não se deixa ver panoramicamente. – A representação panorâmica facilita a compreensão, que consiste, de facto, em “vermos as conexões”. Daí a importância de se encontrar e inventar *termos intermédios*. O conceito de representação panorâmica tem para nós um significado fundamental. Designa a nossa forma de representação, a maneira como vemos as coisas”.¹²

A Gramática é a forma de esclarecimento constitutivo que, permitindo levantar o nevoeiro da confusão filosófica (uma forma errada, porque não analisada, das expressões), põe a nu a descrição dos factos, a partir de uma “grelha de consulta” quanto à correcção dos seus encaixes sintácticos.

E esse prisma de observação é, simultaneamente, exterior e interior. *Exterior* porque se permite ser a chave de verificação (“desde fora”, à margem da experiência, como uma ressalva kantiana) dos enunciados; e *interior*, porque só pode ter esse estatuto de verificação externa, na medida em que se reflecte, constituindo-a, na própria disposição proposicional específica, a partir de estruturas subjectivas. Talvez seja este o laivo mais filosófico da noção trabalhada, uma vez que estipula uma espécie de arbítrio em que, como na Filosofia, em palavras do autor, “só é devolvido aquilo que cada um lhe verifica”.

Antes de estabelecer a noção de Gramática e definir o seu empre-

¹² “*Es ist eine Hauptquelle unseres Unverständnisses, dass wir den Gebrauch unserer Wörter nicht übersehen. – Unserer Grammatik fehlt es an Übersichtlichkeit. – Die übersichtliche Darstellung vermittelt das Verständnis, welches eben darin besteht, dass wir die “Zusammenhänge sehen”. Daher die Wichtigkeit des Findens und des Erfindens von Zwischengliedern. Der Begriff der übersichtlichen Darstellung ist für uns von grundlegender Bedeutung. Er bezeichnet unsere Darstellungsform, die Art, wie wir die Dinge sehen”*., ed. Cit. 302.





go, ao longo das IF, Wittgenstein esboça um leque intermédio (evolutivo), em relação ao núcleo conceptual do TLP, criticando este pelo seu hermetismo e limitação formal e comparando agora a linguagem a um cálculo (uma operação) ou um jogo amplo que, ainda assim, obedece a um corpo de regras (este trabalho cobre aproximadamente os primeiros 130 parágrafos das IF).

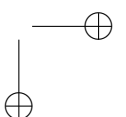
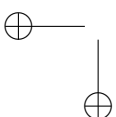
Neste trâmite, a ideia de Jogo implode as barreiras estanques que circunscreviam o atomismo lógico do TLP. A realidade deixa de poder ser representada descritivamente através de proposições isoladas, atómicas – de uma forma *completa* –, passando a ser representada por sistemas inteiros, de uma complexidade não fragmentável, como, por exemplo, uma escala de cores.

Christiane Chauviré, no seu livro sobre Wittgenstein¹³, refere que foram, justamente, as suas reflexões sobre a “gramática das cores”, que conduziram Wittgenstein a cunhar, de forma mais ampla, a noção de Gramática. Doravante, e muito especialmente no decurso de elaboração das IF, Wittgenstein recorrerá cada vez menos às noções introduzidas (como preparatórias) nesse período intermédio (os anos 20 e o início dos anos 30), em que a sua própria “visão panorâmica” está a mudar, como as de “sistema de regras” ou “cálculo linguístico”, para reforçar as de “gramática” e “jogo de linguagem”.

A trave mestra de aferição do sentido de qualquer proposição já não é a irreduzibilidade dos objectos simples do TLP, mas são as regras da própria Gramática. A essência de uma regra gramatical é que determina *o que é um facto, como se combinam os factos* (ao abrigo de um corpo normativo de regulamentação dos encaixes predicativos possíveis) para criar frases com sentido – que descrevam estados de coisas – ao mesmo tempo que *mostra* a forma que a regra toma numa qualquer descrição.

A Gramática não é, pois, determinada por nenhuma porção da realidade, mas é autónoma e mesmo imune a qualquer trâmite da realidade. A sua função é normativa e reguladora do uso [*Gebrauch*] ju-

¹³ In CHAUVIRÉ, C.: *Ludwig Wittgenstein*, Éditions du Seuil, 1989.





sto das palavras em contextos dados; é, pois, um instrumento de “verificabilidade” que autoriza remissões meramente intra-discursivas.

Em *Philosophische Bemerkungen*, Wittgenstein escreve:

“A Gramática não tem nenhuma obrigação para com a realidade. As regras gramaticais determinam a significação que ainda não o é (elas é que a constituem) e não são, de facto, responsáveis por nenhuma significação, sendo nessa medida, arbitrárias”.¹⁴

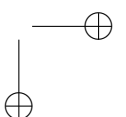
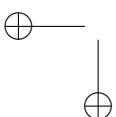
Porém, só se pode falar de factos ou de experiência em virtude das próprias regras da Gramática. Estas não estão vinculadas (sob a forma de um recurso de verificação) à realidade, como as proposições empíricas o estão, quanto às suas condições de verdade e, portanto, à sua significação. Como “modelo” ou “paradigma” formal, as regras da gramática são, elas mesmas, as suas próprias condições de significação e de uso, que não têm, para si, as mesmas condições de determinação do sentido que conferem a qualquer proposição. Este trânsito não é reversível, porque é *desproporcional*.

Dito de outra forma: as regras da gramática não são proposições comuns, empiricamente testáveis, no confronto com a realidade. O papel que lhes cabe é, sim, o de estipular, *ab initio*, e à margem da experiência (*a priori*), aquilo que tem sentido e aquilo que não tem. E, a partir desse controlo prévio, as expressões *non-sense* são simplesmente retiradas de circulação.

“Só podemos escapar à injustiça ou ao vazio das nossas asserções se apresentarmos o modelo como aquilo que é, como objecto de comparação – como, por assim dizer, um padrão de medida, e não como um preconceito ao qual a realidade *tem que* corresponder. (O dogmatismo em que se cai tão facilmente em Filosofia)”.¹⁵

¹⁴ Apud, CHAUVIRÉ, C.: op.cit., p. 137.

¹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen*, §131, “Nur so nämlich können wir der Ungerechtigkeit, oder Leere unserer Behauptung entgegen, indem wir das Vorbild als das, was es ist, als Vergleichsobjekt – sozusagen als Massstab – hinstellen; und nicht als Vorurteil, dem die Wirklichkeit entsprechen müsse. (Der Dogmatismus, in den wir beim Philosophieren so leicht verfallen)”, ed. Cit., 304.





Como actividade de clarificação, a própria Filosofia deverá ter por objecto a Gramática – falar aqui de “objecto” não significa uma ligação intencional exclusiva, direccionada, como “objecto de estudo” ou “objecto da consciência”, mas antes um apoio metodológico constante, que é um apoio *objectivo* ao próprio exercício filosófico.

A operatividade das duas noções deve dispor mais claramente uma visão (panorâmica) da gramática da nossa linguagem, sem, com isso, tentar reformar a linguagem corrente – sem obrigar esta a reger-se por um padrão lógico ideal (irreal), intuito que o TLP ainda manifestava, muito embora nunca propusesse, como o faziam os trabalhos de Frege e de Russell, uma substituição da linguagem corrente por um *Begriffsschrift*, uma linguagem conceptual totalmente analisada.

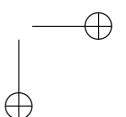
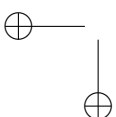
De acordo com as IF, a própria Filosofia deverá deixar as regras da linguagem tal como estão (porque é a própria Gramática que as determina e a gramática está em ordem, na medida em que a estipulação das suas regras é arbitrária), não deve querer modificar a sua gramática, nem introduzir movimentos, quer de incitamento, quer de impedimento, à introdução de novas regras. Se, ainda assim,

“[...] a clareza a que aspiramos é, no entanto, uma clareza *perfeita*. Mas isto apenas significa que os problemas filosóficos devem *perfeitamente* desaparecer. A descoberta autêntica é aquela que me torna capaz de terminar o trabalho filosófico quando eu quero, de pôr a Filosofia em paz consigo própria, de modo a não ser fustigada por questões que a põem *a ela própria* em questão”¹⁶,

É porque a linguagem obedece à *unidade normativa* das regras gramaticais e não a uma metalinguagem ou a uma linguagem de segunda ordem.

O filósofo e a Filosofia não têm por missão constituir – como o

¹⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen*, §133. “Denn die Klarheit, die wir allerdings eine vollkommene. Aber das heisst nur, dass die philosophischen Probleme vollkommen verschwinden sollen. Die eigentliche Entdeckung ist die, die mich fähig macht, das Philosophieren abzubrechen, wann ich will. – Die die Philosophie zur Ruhe bringt, so dass sie nicht mehr von Fragen gepeitscht wird, die sie selbst in Frage stellen”., ed. Cit., 305.





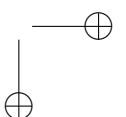
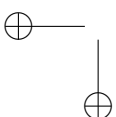
lógico e a Lógica, segundo as propostas de Frege e de Russell, por exemplo – uma linguagem ideal, que rectificasse a linguagem vulgar, que “está em ordem tal como se apresenta”; tudo o que lhes compete é clarificar a *gramática* dos enunciados, especialmente daqueles que se prestam a mal-entendidos e confusões, por “escorregarem”, de alguma forma, nas regras daquela.

E o emprego lato que o autor faz do conceito de Gramática permite-lhe cotejar a funcionalidade da sua aplicação com a própria tarefa que se propõe, no caso das proposições que “oscilam” entre a “pureza” da lógica e o “derivado” da experiência, e no das proposições que, sendo empíricas, também obedecem a normas de descrição.

A visão unitária e fechada de Linguagem, que vigora na concepção do TLP está, pois, ultrapassada. *Falar* é uma *praxis*, não é um “desvio”. A pretensa linguagem, uniforme e codificada, pulveriza-se numa quantidade não-finita de sistemas de comunicação, os jogos de linguagem, enraizados em formas de vida [*Lebensformen*], também elas heteróclitas.

Com esta abordagem, assistimos, não apenas à fragmentação de um código lógico em jogos governados por regras, como também a uma diferenciação de princípio entre proposições (factíveis, ou seja, com sentido) e pseudo-proposições, como o são as próprias regras da gramática. Com este passo, Wittgenstein não renuncia à sua anterior oposição à existência de uma metalinguagem, mesmo desnivelando *regras* e *proposições*, em forma de corte estatual. Agora, com o apoio da visão panorâmica, tudo se passa no interior de uma só linguagem, que não é um sistema fechado e auto-suficiente (menos ainda, perfeito), mas é um grupo coeso, de uma coesão obtida justamente pela Gramática, como “parecenças familiares” entre jogos determinados:

“E eu direi: os jogos constituem uma família. E, do mesmo modo, as espécies de números, por exemplo, constituem uma família. Porque chamamos a uma coisa um “número”? Um pouco porque tem um parentesco directo com muitas coisas a que até agora se chamou número; e com isso, poder-se-ia dizer, entrar num parentesco indirecto





com outras a que damos o *mesmo* nome. E alargamos o nosso conceito de número do mesmo modo que, ao fiarmos uma corda, cruzamos uma fibra sobre a outra. E a robustez da corda não está em haver uma fibra que a percorre a todo o comprimento, mas em que muitas fibras se sobrepõem umas às outras”.¹⁷

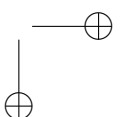
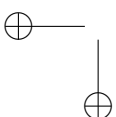
O único pressuposto conceptual que pode, agora (e talvez erradamente, ou apenas aproximadamente), ser visto como um “desnível” ou uma diferença entre registos – mas *não como uma outra forma de linguagem* – é o que existe entre *proposições* (descritivas) e *regras* (normativas), que determinam a forma das próprias descrições.

Ao mito da unidade lógica da linguagem do TLP sobrepõe-se a pluralidade efectiva dos jogos de linguagem, todos abordados desde o mesmo patamar: gramatical, panorâmico. E, doravante, só a descrição dos nexos internos da própria gramática e respectiva aplicação a conteúdos discursivos descontínuos, pode revestir um interesse genuinamente filosófico.

Fragmentada em jogos – ou, antes, em “jogadas” – a “unidade projectiva” da linguagem já não é a forma lógica ou qualquer outro afim impoluto, mas, a que existe, é a que é destacada na posseção comum de um conjunto de propriedades constituintes (“essenciais”, de uma forma não ortodoxa, mas unificadora), que são a unidade “familiar” dos jogos de linguagem *entre si* – e não por afinidade com uma espécie de padrão transcendente – aquilo que permite apenas que chamemos, a todos eles, *jogos*. E que os possamos, efectivamente, jogar.

¹⁷ Idem, §67.

“Und ich werde sagen: die “Spiele” bilden eine Familie. Und ebenso, bilden, z.b., die Zahlenarten eine Familie. Warum nennen wir etwas “Zahl”? Nun etwa, weil es eine – direkte – Verwandtschaft zu anderem, was wir auch so nennen. Und wir dehnen unseren Begriff der Zahl aus, wie wir beim Spinnen eines Fadens Faser an Faser drehen. Und die Stärke des Fadens liegt nicht darin, dass irgend eine Faser durch seine ganze Länge läuft, sondern darin, dass viele Fasern einander übergreifen”., ed. Cit., 278.





BIBLIOGRAFIA

CHAUVIRÉ, C.: *Ludwig Wittgenstein*, Éditions du Seuil, 1989.

HACKER, P.M.S. *Insight and Illusion – Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience*. Oxford University Press, 1972.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Vermischte Bemerkungen*. Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Werk-
ausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen*. Werk-
ausgabe, Band 1, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984.

